




MULHERES NEGRAS COTISTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ: ESCRIVIVÊNCIAS E PERCURSOS FORMATIVOS

Ingrit Yasmin Oliveira da Silva Batista¹ 

Fabiane Freire França² 

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar, a partir das trajetórias de estudantes cotistas de uma Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), relatos em cartas pedagógicas sobre as experiências vivenciadas por essas alunas e as ações pedagógicas promovidas pela instituição por meio das cotas raciais. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando a produção de cartas pedagógicas como método. Esta investigação faz parte de um recorte da tese de doutorado em educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Foram convidados(as) a participar estudantes cotistas de qualquer semestre ou ano de um dos cursos de graduação oferecidos em um dos sete campi da UNESPAR. O convite foi enviado a 1.250 pessoas, das quais 37 responderam ao questionário e 8 graduandos(as) contribuíram com cartas pedagógicas. Destas, foram selecionadas apenas as cartas de estudantes de licenciatura para este recorte, totalizando quatro mulheres estudantes de licenciatura, pois as cartas pedagógicas abordam diretamente questões educacionais, refletindo sobre as desigualdades e desafios enfrentados pelas cotistas. O estudo aponta a necessidade de continuidade nas políticas públicas de inclusão, formação contínua dos(as) docentes e criação de espaços de diálogo sobre diversidade e antirracismo nas universidades, principalmente no magistério, profissão historicamente marcada por desigualdades de gênero e raça.

Palavras-chave: Educação; Cotas raciais; Cartas pedagógicas; Mulheres negras.

Como citar

BATISTA, Ingrid Yasmin Oliveira da Silva; FRANÇA, Fabiane Freire. Mulheres negras cotistas da Universidade Estadual do Paraná: escrituras e percursos formativos. **Educação em Análise**, Londrina, v. 10, p. 1-23, 2025. DOI: 10.5433/1984-7939.2025.v10.52452.



¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Professora da Prefeitura Municipal de Campo Mourão. Campo Mourão, Paraná, Brasil. Endereço eletrônico: prof.ingrityasmin@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Docente da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, Paraná, Brasil. Endereço eletrônico: fffranca@uem.br.

BLACK WOMEN ON QUOTAS AT THE STATE UNIVERSITY OF PARANÁ: LIVED EXPERIENCES AND EDUCATIONAL PATHWAYS

Abstract: The aim of this study was to analyze, based on the trajectories of scholarship students at a State University of Paraná (UNESPAR), narratives in pedagogical letters about the experiences of these students and the pedagogical actions promoted by the institution through racial quotas. The research adopted a qualitative approach, using the production of pedagogical letters as the method. This investigation is part of a section of the doctoral thesis in education from the State University of Maringá (UEM). Scholarship students from any semester or year of one of the undergraduate courses offered at one of the seven campuses of UNESPAR were invited to participate. The invitation was sent to 1,250 individuals, of whom 37 responded to the questionnaire, and 8 students contributed with pedagogical letters. Of these, only the letters from students enrolled in teaching degrees were selected for this subset, totaling four female students, as the pedagogical letters directly address educational issues, reflecting on the inequalities and challenges faced by scholarship students. The study highlights the need for the continuation of public inclusion policies, ongoing training for faculty members, and the creation of spaces for dialogue on diversity and anti-racism in universities, particularly in teaching, a profession historically marked by gender and racial inequalities.

Keywords: Education; Racial quotas; Pedagogical letters; Black women.

MUJERES NEGRAS BENEFICIARIAS DE LAS BECAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA DE LA UNIVERSIDAD ESTATAL DE PARANÁ: ESCRIVIVENCIAS Y CAMINOS FORMATIVOS

Resumen: El objetivo de este estudio fue analizar, a partir de las trayectorias de estudiantes becadas de una Universidad Estatal de Paraná (UNESPAR), relatos en cartas pedagógicas sobre las experiencias vividas por estas estudiantes y las acciones pedagógicas promovidas por la institución a través de las becas raciales. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, utilizando la producción de cartas pedagógicas como método. Esta investigación es parte de un extracto de la tesis doctoral en educación de la Universidad Estatal de Maringá (UEM). Se invitó a participar a estudiantes becadas de cualquier semestre o año de uno de los programas de grado ofrecidos en uno de los siete campus de la UNESPAR. La invitación fue enviada a 1.250 personas, de las cuales 37 respondieron al cuestionario y 8 graduadas(os) contribuyeron con cartas pedagógicas. De estas, se seleccionaron solo las cartas de estudiantes de licenciatura para este recorte, totalizando cuatro mujeres estudiantes de licenciatura, ya que las cartas pedagógicas abordan directamente cuestiones educativas, reflexionando sobre las desigualdades y desafíos enfrentados por las becadas. El estudio señala la necesidad de continuar con las políticas públicas de inclusión, la formación continua del profesorado y la creación de espacios de diálogo sobre diversidad y antirracismo en las universidades, especialmente en la docencia, una profesión históricamente marcada por desigualdades de género y raza.

Palabras clave: Educación; Cuotas raciales; Cartas pedagógicas; Mujeres negras.

Introdução

Realizamos um recorte da tese de doutorado que envolve quatro estudantes negras, estudantes de cursos de graduação em licenciatura da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), que se autodeclararam pardas e/ou negras. A pesquisa iniciou-se após a aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP)³.

O convite para participar foi enviado a 1.250 pessoas, sendo que 37 responderam ao questionário. Oito graduandas aceitaram contribuir com cartas pedagógicas sobre suas experiências como cotistas na instituição de ensino superior. Dessas, foram escolhidas para este recorte quatro estudantes que cursavam licenciatura, pois as cartas pedagógicas têm uma relação direta com a educação, de modo a denunciar e refletir sobre as desigualdades e desafios enfrentados pelas cotistas, além de trazer à tona questões relacionadas à temática em pauta.

Em 1935, a expressão “ação afirmativa” (affirmative action) foi empregada pela primeira vez na Lei Nacional das Relações Trabalhistas nos Estados Unidos. O objetivo dessa expressão é eliminar barreiras que dificultam o acesso de certos grupos a posições de poder, como nas universidades e no mercado de trabalho. O termo abrange um conjunto de políticas públicas voltadas a beneficiar minorias que enfrentaram discriminação (Oliven, 2007; Vaz, 2022).

Em consonância com a Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar, é fundamental integrar temáticas relacionadas à negritude nas discussões sobre cotas raciais no ensino superior. Conforme Gomes (2020) a Lei 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial) e Lei 12.711/2012 (Lei de cotas sociais e raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)) representaram, sem dúvida, um avanço significativo na democratização do acesso ao ensino superior no país, ao destinar vagas para grupos minoritários. Essas leis visam superar desigualdades por meio de políticas públicas institucionalizadas e destaca a necessidade dessas legislações para a inclusão e reparação social.

³ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE, número 70640523.6.0000.0104. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP em 17 de julho de 2023, sob o número do parecer: 6.187.196.

No entanto, ainda há muito a ser feito no que diz respeito à permanência desses estudantes. A ampliação do acesso não se traduz totalmente em manutenção efetiva, e desafios persistem na garantia de suporte contínuo para esses grupos.

Além disso, conforme o artigo 1º, § 1º da Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE) (Brasil, 2004), e o artigo 5º da Deliberação 04/06, aprovada em 02 de agosto de 2006, do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE), é recomendado que as instituições reformulem seus programas de ensino para incluir a Educação das Relações Étnico-Raciais nas disciplinas e atividades curriculares em cursos de graduação e pós-graduação (Brasil, 2014).

Essas transformações no cenário educacional têm o propósito de valorizar a cultura da população negra brasileira. Portanto, as universidades devem incorporar questões étnico-raciais em suas propostas curriculares, reconhecendo a Lei como uma conquista de reparação social e repensando o racismo institucional e a política de cotas.

É crucial retomar a história e refletir sobre as marcas que continuam a influenciar nossa memória sobre a negritude. Isso nos leva a avaliar o século XXI e reconhecer que ainda estamos longe de alcançar uma verdadeira democracia no que diz respeito às questões raciais. No entanto, as conquistas como as Leis que foram promulgadas devem ser celebradas por esse grupo, que sofreu danos a sua dignidade.

Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar, a partir das trajetórias de estudantes cotistas da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), relatos em cartas pedagógicas, as experiências vivenciadas por essas alunas e as ações pedagógicas promovidas pela instituição por meio das cotas raciais.

Em seus escritos, Gadotti (2011) enfatiza que a carta possibilita a cumplicidade entre quem escreve e quem lê. Além disso, menciona que quem escreve convida ao diálogo, representando, assim, uma ferramenta pedagógica poderosa para o ensino. Essas estratégias foram fundamentais para alcançar os objetivos propostos, relacionados às trajetórias e percursos.

Participantes da pesquisa: mulheres negras

Para participar da pesquisa, solicitamos autorização à Pró-Reitoria da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Após a autorização, optamos por permitir que as cartas fossem redigidas exclusivamente pelos(as) estudantes interessados(as), garantindo que todos(as) os(as) participantes assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A Pró-Reitoria forneceu os e-mails e telefones dos(as) estudantes cotistas, permitindo que a pesquisadora entrasse em contato diretamente com eles(as) para apresentar os objetivos da pesquisa e convidá-los(as) a participar. As graduandas escreveram suas cartas com o objetivo de responder às questões relacionadas às cotas raciais e suas trajetórias.

Os critérios de seleção foram: escolher alunos(as) cotistas, negros(as) e/ou pardos(as), matriculados em qualquer semestre ou ano de um dos cursos de graduação oferecidos em um dos sete campi da UNESPAR.

Entramos em contato com os(as) potenciais participantes por e-mail e mensagens, convidando-os(as) a participar. Os(as) estudantes foram informados de que a participação na pesquisa era voluntária, com a liberdade de recusar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer consequência negativa. O aceite foi formalizado por meio de um formulário padrão fornecido pela pesquisadora. As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e o projeto recebeu aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá.

Diante disso, recebemos oito cartas e, dessas, selecionamos as de quatro mulheres, estudantes de cursos de licenciatura, sendo duas de União da Vitória, uma de Curitiba e uma de Paranavaí, todas cidades localizadas no Paraná. A escolha de graduandas de licenciatura permite uma análise sobre como elas percebem a educação e o papel da mulher nesse campo. Elas provavelmente refletem sobre o próprio papel como futuras educadoras e sobre como as questões de gênero podem impactar suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

As graduandas foram informadas de que, se necessário, poderiam ser feitas fotografias e gravações de áudio e/ou vídeo durante a pesquisa, embora isso não tenha sido necessário. As informações obtidas foram usadas exclusivamente para fins científicos e tratadas com o máximo sigilo e confidencialidade para proteger a identidade das participantes. Foram escolhidos nomes fictícios pelas acadêmicas, de modo a preservar a identidade delas.

Após a redação das cartas, houve uma fase de leitura e análise das mesmas. Este estudo proporcionou às participantes a oportunidade de refletir sobre diferentes narrativas acerca da população negra e reconsiderar suas próprias histórias de vida, compreendendo a importância do estudo sobre a negritude.

O questionário teve como objetivo coletar informações sobre a identificação pessoal das participantes, suas ocupações, condições econômicas, trajetórias escolares, bem como suas opiniões sobre as cotas raciais. Esses dados forneceram uma visão abrangente das “opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas” das participantes (Gil, 1999, p. 132).

As cartas pedagógicas foram utilizadas como uma estratégia de escuta para compreender as vidas, angústias, desafios e possibilidades de resistência e superação das estudantes cotistas envolvidas na pesquisa. Assim, este estudo visou dar visibilidade às histórias de vida e formação das mulheres participantes por meio das narrativas expressas em suas cartas pedagógicas.

Quanto as mulheres negras, Gomes (1995, p. 115) pontua que “ocupar profissionalmente esse espaço, que anteriormente era permitido só aos homens e brancos, significa muito mais que uma simples inserção profissional. É o rompimento com um dos vários estereótipos criados sobre o negro brasileiro”. A autora ainda destaca:

A chegada ao magistério para a jovem negra é a culminância de múltiplas rupturas e afirmações: a luta pela continuidade dos estudos – um fato que até hoje se coloca como um complicador na história das mulheres; a busca de uma profissão com uma formação escolar que lhe garanta um espaço no mercado de trabalho; a perspectiva de atuar em uma profissão que lhe possibilite um outro espaço de tempo para se dedicar a outro emprego ou que lhe permita conciliar as atividades domésticas (Gomes, 1999, p. 60).

Com a inserção da mulher negra na profissão docente, ela lutava pela possibilidade de um futuro melhor, apesar de a carreira de professora estar frequentemente associada à dedicação aos cuidados do lar. Mesmo com a entrada das mulheres no magistério, elas continuavam preocupadas com suas famílias. Nesse contexto, Almeida (2006, p. 77) destaca que as mulheres “foram coerentes em desejar mais instrução, maiores conhecimentos e a preservação da unidade familiar”, o que demonstra que elas desafiaram muitos preconceitos e venceram a opressão e a submissão. Assim, surgiu a possibilidade de explorar estudos de gênero na área da educação.

A trajetória das mulheres na história foi marcada por muitas lutas e desafios. Embora o valor social da mulher estivesse tradicionalmente vinculado ao espaço privado, elas conseguiram conquistar espaço no setor público, o que demonstra a força da mulher na busca por seus objetivos, apesar de as desigualdades de gênero ainda persistirem. Por isso, é fundamental destacar acerca das mulheres no magistério, uma vez que a relevância do tema para a sociedade é significativa. As mulheres, especialmente as negras, continuam a ser vistas como inferiores aos homens.

A história do magistério primário feminino brasileiro é, principalmente, uma história de mulheres, de uma força invisível que lutou consciente e espontaneamente em defesa de suas crenças e de sua vontade [...] Em momento algum deixaram de lado sua preocupação com a infância, com a família, ou deixaram de manifestar seu repúdio à violência e a todas as formas de exploração e opressão (Almeida, 1998, p. 77).

Assim, é fundamental reconhecer e valorizar as conquistas das mulheres, proporcionando aos(as) estudantes o acesso a diferentes representações que mostram as mulheres em papéis de destaque e de poder. Seu papel vai além dos serviços domésticos; elas estão na busca por um mundo melhor e na luta por uma sociedade onde todas as pessoas sejam respeitadas e valorizadas.

Cartas pedagógicas como metodologia

No século XXI, a utilização de cartas como estratégia de pesquisa no cotidiano escolar não é comum, devido ao uso exacerbado da tecnologia nas escolas e na sociedade. Todavia, a escrita é necessária, pois ao “[...] escrever, é possível desenvolver distintas competências e habilidades, além de possuir grande representatividade como um meio de comunicação, inevitavelmente na era digital e virtual em que vivemos atualmente” (Portal, 2012, p. 16).

Embora o uso de recursos tecnológicos seja relevante, sua exclusividade em sala de aula limita outras possibilidades, esse é um dos motivos para utilizar cartas como estratégia de pesquisa. Dessa forma, utilizamos as cartas pedagógicas como metodologia e estratégia didática. As cartas, em geral, podem ser escritas ou impressas e servem para se comunicar com

uma ou mais pessoas e/ou organizações, visando alcançar um propósito específico, no caso, serviram como uma maneira de visibilizar a voz das mulheres negras participantes.

A diferença entre cartas e cartas pedagógicas está no conteúdo que cada uma busca revelar. As cartas pedagógicas são escritas com o propósito de denunciar a realidade da educação, enquanto nem todas as cartas possuem essa característica pedagógica. Um exemplo disso são as cartas escritas por casais apaixonados, que têm o objetivo de expressar afeto, amor e carinho.

[...] uma carta só terá cunho pedagógico se seu conteúdo conseguir interagir com o ser humano, comunicar o humano de si para o humano do outro, provocando este diálogo pedagógico. Sendo um pouco mais incisivo nesta reflexão, diríamos que uma Carta Pedagógica, necessariamente, precisa estar grávida de pedagogia. Portar, sangue, carne e osso pedagógicos (Camini, 2012, p. 35).

Desse modo, as cartas pedagógicas têm uma função crítica ou reflexiva sobre o campo educacional, enquanto as cartas comuns são mais informais e podem abordar qualquer tipo de tema, principalmente de caráter pessoal.

Camargo (2011, p. 11) ressalta que, “[...] sujeitos que escrevem e leem cartas, deixam marcas; marcas que podem indicar pistas para uma leitura da constituição do sujeito da escrita, na escrita”.

A escrita manual ainda é empregada em certos momentos no ambiente educacional, como durante avaliações, vestibulares e no ensino da língua portuguesa. No entanto, essa prática tem se tornado menos comum na sociedade contemporânea.

A carta é um documento, peça para o diálogo, prosa, comunicação mais direta, coloquial, direcionada a um interlocutor. Há nelas um sentido, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo, coloquial e formal, prosaico e poético. No âmbito da troca de informações e de saberes, as epístolas pressupõem mais diretamente uma relação entre o eu e o outro (Moraes; Paiva, 2018, p. 11).

Logo, as cartas pedagógicas, como meio de comunicação, vão além da simples troca de informações, oferecendo um espaço para um diálogo mais íntimo e pessoal. Elas combinam aspectos objetivos e subjetivos, além de transmitir percepções sobre a educação por meio de quem escreve. Dessa forma, as cartas estabelecem uma relação entre quem escreve e quem lê, promovendo a troca de informações e sentimentos.

Ademais, durante a pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa e utilizamos cartas pedagógicas como instrumentos metodológicos. Também realizamos a coleta de dados quantitativos para esclarecer aspectos relacionados ao grupo de mulheres investigadas, visando alcançar os objetivos propostos (Godoy, 1995).

De acordo com o dicionário Aurélio, além de possuir diversos significados, dentre eles, o de correspondência, a carta significa “1. Mensagem escrita para uma ou mais pessoas, que se envia pelo correio, dentro de um envelope. 2. Cada peça de um baralho” (Ferreira, 2008, p. 92).

A produção de cartas exige um tempo considerável para escrever, refletir sobre o que se escreve e analisar o produto final antes do envio. Nos tempos modernos, o imediatismo faz com que poucas pessoas escrevam cartas.

As autoras Sousa e Cabral (2015) ressaltam que a carta possui uma linguagem determinada pela intenção comunicativa entre os interlocutores, sendo também um instrumento pedagógico de fácil acesso. Quanto ao uso da escrita de cartas, Paula (2018) destaca que:

Escrever cartas era uma atividade proposta por educadores nas escolas e não se limitava ao treino de um gênero textual voltado para a redação do vestibular. A escrita das cartas ia além das salas de aula, especialmente as cartas de amor, que eram cuidadosamente redigidas por casais enamorados. Para os analfabetos, existiam os escribas, responsáveis por escrever e compartilhar as emoções das pessoas que não tinham acesso aos processos de escolarização. Cartas formais, informais e amorosas faziam parte do cotidiano das pessoas. A espera pelas cartas e sua recepção eram momentos expressivos. Conhecia-se o mundo através das descrições de amigos e parentes. A espera, o tempo, a qualidade do texto, a caligrafia das letras, os envelopes e a tinta das canetas — todos esses elementos eram cuidadosamente preparados por quem redigia as cartas para impressionar o leitor. A escrita era autêntica, criativa, ficcional ou realista, dependendo do contexto e da situação. As cartas eram documentos e testemunhos de um tempo distante que parece não voltar mais (Paula, 2018, p. 17).

Cabe ressaltar que, segundo a autora, havia um planejamento ao escrever as cartas, desde o tipo de papel até a cor da caneta. Quem escrevia e quem recebia estavam conectados, mesmo à distância, por meio dessas cartas, e Paula (2018) lamenta o desaparecimento desse costume na vida cotidiana.

A narrativa faz parte da história da humanidade e, portanto, deve ser estudada dentro de seus contextos sociais, econômicos, políticos, históricos e educativos. “É comum ouvir, por

meio de diversas narrativas, que os seres humanos são, por natureza, contadores de histórias, e que gerações repetem esse ato quase involuntariamente” (Sousa; Cabral, 2015, p. 150).

Camini (2012, p. 8) destaca que “as cartas pedagógicas precisam ser escritas, lidas e respondidas, pois assim se cria um círculo cultural que, além de promover comunicação, gera conhecimento e libertação”.

As cartas pedagógicas têm um caráter educativo, atuando para denunciar a realidade da educação, enquanto as cartas informais expressam sentimentos de afeto e reciprocidade entre as pessoas. Por isso, é fundamental que as cartas pedagógicas tratem de temas relacionados à educação.

Caminhos da pesquisa

Com a autorização para conduzir a pesquisa, foi possível contatar a Pró-Reitoria, que forneceu os contatos de estudantes cotistas. Isso resultou em um total de 1.250 convites enviados por e-mail, tanto para homens quanto para mulheres. Desses, recebemos 37 respostas ao questionário. No entanto, nesta pesquisa, optamos por selecionar apenas futuras professoras, e assim, obtivemos quatro respostas de quatro acadêmicas negras que aceitaram participar.

Optamos por essa escolha, uma vez que, a trajetória das mulheres, especialmente das mulheres negras, no campo da educação brasileira é marcada por lutas incessantes contra os sistemas de opressão que se entrelaçam em questões de gênero, raça e classe social.

Além disso, desde os tempos coloniais, as mulheres negras foram as últimas a ingressar no magistério, enfrentando não apenas as barreiras impostas pelo patriarcado, mas também o preconceito racial e a exclusão educacional.

Para essas participantes, foram enviadas as informações necessárias, juntamente com o link para o preenchimento da autodeclaração étnico-racial e do questionário semiestruturado. Além disso, solicitamos que elas produzissem uma carta pedagógica sobre suas trajetórias como estudantes negras e cotistas, a qual deveria ser enviada por e-mail à pesquisadora.

O questionário foi estruturado no formulário intitulado "Ficha de Identificação do(a) Entrevistado(a)" no Google Forms e organizado nas seguintes seções: Identificação, Situação Trabalhista e Financeira, Trajetória Acadêmica e (Sobre)vivências e Trajetórias Escolares. As

respostas das quatro estudantes de cursos de licenciatura foram analisadas, e todas as etapas mencionadas estão dispostas a seguir.

Quadro 1 – Identificação

| Estudantes | Gênero | Cor | Data de nascimento e idade | Estado civil | Cidade em que estuda | Cidade em que reside |
|------------|----------|-------|----------------------------|--------------|----------------------|----------------------|
| Juju | Feminino | Parda | 21/09/1995 28 anos | Casada | Porto União | União da Vitória |
| Nathy | Feminino | Parda | 31/08/2005 18 anos | Solteira | União da Vitória | União da Vitória |
| Negra | Feminino | Parda | 02/03/1998 25 anos | Solteira | Guaíraçá | Paranavaí |
| Vitória | Feminino | Preta | 25/04/2004 19 anos | Solteira | Curitiba | Curitiba |

Fonte: Acervo das autoras (2023).

No Quadro 1, observa-se que todas as mulheres entrevistada e que, escreveram as cartas selecionadas se identificaram como do gênero feminino. Elas são graduandas dos cursos de Biologia, História, Geografia e Artes Visuais.

Em relação à autodeclaração étnico-racial, Juju, Nathy e Negra se declararam como pardas, enquanto Helena se identificou como preta. Quanto às datas de nascimento, Juju nasceu em 1995 e tem 25 anos; Nathy nasceu em 2005 e tem 18 anos; Negra nasceu em 1998 e também tem 25 anos; e Vitória nasceu em 2004, tendo 19 anos.

Apenas Juju é casada, enquanto as outras participantes são solteiras. As três residem em cidades diferentes: Juju e Nathy estão em União da Vitória-PR, Negra mora em Paranavaí-PR e Vitória em Curitiba-PR. Ao serem questionadas sobre a cidade em que estudam, Juju e Negra informaram que frequentam instituições em localidades diferentes das que residem: Juju estuda em União da Vitória, embora resida em Porto União-PR, enquanto Negra mora em Guaíraçá-PR e estuda em Paranavaí-PR.

Quadro 2 - Identificação

| Estudantes | Meio de transporte utilizado para chegar na IES | Cursou o ensino médio em instituição | Tipo de ensino médio cursado | Se possui filhos(as), quantidade e idade | Religião |
|------------|---|--------------------------------------|------------------------------|--|--------------|
| Juju | Moto e carro | Pública | Modalidade Normal/Magistério | Sim 1 – 11 anos | Evangélica |
| Nathy | Bicicleta | Pública | Formação Geral | Não | Umbanda |
| Negra | Transporte Público ou Coletivo | Pública | Formação Geral | Não | Sem religião |
| Vitória | Transporte Público ou Coletivo | Pública | Formação Geral | Não | Umbanda |

Fonte: Acervo das autoras (2023).

No Quadro 2, são destacadas as informações sobre o transporte utilizado para chegar à instituição de ensino superior. Juju utiliza moto ou carro como meio principal de transporte, Nathy vai de bicicleta, enquanto Negra e Vitória utilizam transporte público ou coletivo para chegar à universidade.

A graduanda Juju foi a única a mencionar que, antes de estudar na UNESPAR, frequentou uma instituição de Ensino Médio na modalidade Normal/Magistério. As demais estudantes cursaram na modalidade Formação Geral. Além disso, apenas Juju é mãe de uma criança de 11 anos, enquanto as outras não têm filhos. Em relação à religião, Juju é evangélica, Nathy e Vitória participam da Umbanda, e Negra não frequenta nenhuma religião.

Quadro 3 - Situação trabalhista e financeira

| Estudantes | Profissão ou atividade remunerada, cargo ou função | Jornada de trabalho semanal | Renda mensal ou remuneração | Participação em estratégias de permanência ofertadas pela IES |
|------------|--|-----------------------------|-----------------------------|---|
| Juju | Agente de Endemias | 40 horas | Entre 1.320,00 e 2.640,00 | Nenhuma |
| Nathy | Atendente de Padaria | 40 a 60 horas | Menos que R\$ 1.320,00 | Nenhuma |
| Negra | Professora | 10 a 20 horas | Entre 1.320,00 e 2.640,00 | Nenhuma |

| | | | | |
|---------|--------------------------|---------------|------------------------|---------|
| Vitória | Operadora de Call Center | 20 a 40 horas | Menos que R\$ 1.320,00 | Nenhuma |
|---------|--------------------------|---------------|------------------------|---------|

Fonte: Acervo das autoras (2023).

No quadro 3, que aborda a situação trabalhista e financeira das participantes em relação à profissão ou atividade remunerada, Juju trabalha como Agente de Endemias, Nathy como atendente de padaria, Negra é professora e Vitória atua como Operadora de Call Center.

Quanto à jornada de trabalho semanal, Juju cumpre 40 horas, Nathy varia entre 40 e 60 horas, Negra trabalha de 10 a 20 horas e Vitória tem uma carga de 20 a 40 horas semanais. Em relação à renda mensal, Juju e Negra recebem entre R\$1.320,00 e R\$2.640,00, enquanto Nathy e Vitória têm remuneração inferior a R\$1.320,00.

Quanto à participação das quatro mulheres em estratégias de permanência oferecidas pela Instituição de Ensino Superior, nenhuma delas participou.

Quadro 4 - Situação trabalhista e financeira

| Estudantes | Participação do Programa de Assistência Estudantil (PAE) | Qual ou quais auxílios teve acesso | Participa ou participou de programas ou projetos sociais |
|------------|--|------------------------------------|--|
| Juju | Não | Nenhum | Nenhum |
| Nathy | Não | Nenhum | Nenhum |
| Negra | Não | Nenhum | Nenhum |
| Vitória | Não | Nenhum | Nenhum |

Fonte: Acervo das autoras (2023).

No quadro 4, as quatro estudantes relataram que não participaram do Programa de Assistência Estudantil (PAE) nem de outros programas ou projetos sociais. Além disso, nenhuma delas recebeu qualquer tipo de auxílio.

Quadro 5 - Trajetória acadêmica

| Estudantes | Participante de grupo de estudos e/ou pesquisa, movimento negro ou outros | Curso escolhido na instituição UNESPAR | Início e término do curso | Período que cursa | Estudante em qual dos sete campi da UNESPAR |
|------------|---|--|---------------------------|-------------------|---|
|------------|---|--|---------------------------|-------------------|---|

| | | | | | |
|---------|-----|---------------|--------------|---------------------------|---------------------|
| Juju | Não | Biologia | 2020 2024 | Entre 7º e 8º Semestre | União da Vitória |
| Nathy | Não | História | 2023 2027 | Entre 1º e 2º Semestre | União da Vitória |
| Negra | Não | Geografia | 2018 2021 | Entre 7º e 8º Semestre | Paranavaí |
| Vitória | Não | Artes Visuais | 2023 2027 | Entre 1º e 2º Semestre | Curitiba I |

Fonte: Acervo das autoras (2023).

No quadro 5, referente à trajetória acadêmica, nenhuma das quatro mulheres participa de grupos de estudos e/ou pesquisa, movimentos negros ou outros.

Quanto ao curso escolhido na UNESPAR, Juju optou por Biologia, iniciou em 2020 e está cursando entre o 7º e o 8º semestre no campus da União da Vitória. Nathy escolheu História, começou em 2023 e está entre o 1º e o 2º semestre no campus de União da Vitória. Negra optou por Geografia, iniciou em 2018 e está cursando entre o 7º e o 8º semestre no campus de Paranavaí. Vitória escolheu Artes Visuais, iniciou em 2023 e está cursando entre o 1º e o 2º semestre no campus Curitiba I.

Em relação à escrita das cartas, as participantes poderiam escrever com base nesses questionamentos ou sobre a temática abordada. As perguntas feitas foram: 1) Durante sua inserção na instituição, quais foram seus maiores desafios e dificuldades enfrentadas? Como foram superadas? 2) Enquanto estudante, vivenciou situações de racismo, preconceito, discriminação ou intolerância religiosa? Como lidou com isso? 3) Qual a sua opinião sobre a Política de Cotas Raciais e a reserva de vagas para estudantes pretos(as) e pardos(as) nas instituições? 4) As Cotas Raciais podem promover equidade *racial*, propiciar igualdade ao acesso de negros(as) e pardos(as) em instituições de Ensino Superior e servem como reparação histórica em virtude das injustiças causadas a população negra no período da escravidão? Comente; 5) A instituição que você estuda realiza ou realizou aulas ou alguma atividade referente as questões étnico-raciais ou relacionadas a diversidade? Em qual ou quais disciplina(s)? A seguir, estão as análises das cartas das quatro mulheres participantes da pesquisa.

Discussão e análise das cartas

A análise das cartas das estudantes foi realizada por meio da análise categorial (Bardin, 2011). As respostas a cada questão foram cuidadosamente lidas e interpretadas com o intuito de identificar os principais temas, as perspectivas e as experiências comuns entre as estudantes em relação a cada tópico.

De acordo com Bardin (2011, p. 108), esse tipo de análise “busca, portanto, identificar as unidades de significado presentes no conteúdo, agrupando-as em categorias que permitam a interpretação dos dados, com o objetivo de tornar mais claro o sentido das mensagens e revelar as estruturas subjacentes aos textos”. Portanto, em cada tópico, foram elencadas algumas questões, e as estudantes que desejassem poderiam escrever suas cartas por meio dessas indagações, conforme a seguir: Durante sua inserção na instituição, quais foram seus maiores desafios e dificuldades enfrentadas? Como foram superadas? Diante dessa pergunta, a graduanda Juju expôs as dificuldades na Graduação, segundo ela:

Estudar no modo Ensino Remoto Emergencial [...] por inúmeros trabalhos difíceis que valiam poucos pontos acabei dando desistência do curso na época, atualmente [...] estou indo para o terceiro período (Juju, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Essa situação é corroborada por que Moran (2015) que aponta que o ensino remoto impõe um grande desafio, pois a ausência de interação direta pode resultar em distanciamento emocional, o que compromete a motivação e o comprometimento dos alunos.

A citação de Juju revela uma experiência difícil com o ensino remoto emergencial (ERE), que foi uma realidade para muitos estudantes durante a pandemia de coronavírus. Apesar da desistência temporária, ela retomou seus estudos e cursa o terceiro período, o que demonstra uma resiliência diante das adversidades enfrentadas.

A outra estudante, mencionou que a rotina era exaustiva: “Cansaço, tenho que suportar a rotina cansada para ter um futuro, melhor” (Nathy, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Negra pontuou: “Me formar dentro dos 4 anos, e as dificuldade falta de professor” (Negra, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Esse desafio é corroborado por Libâneo (2013) e Moran (2015) que mencionam que a ausência de professores qualificados e a sobrecarga de atividades podem comprometer o

desempenho dos estudantes e a qualidade do ensino, e dificultar o cumprimento do tempo previsto para a conclusão do curso.

A estudante Vitória foi a única das quatro que mencionou: “Ao todo eu não tive dificuldades” (Vitória, 2023, sic Trecho extraído da carta)

Não é comum ou esperado que estudantes não enfrentem dificuldades na inserção na graduação, tendo em vista que, a academia pode ser desafiadora para muitos, especialmente no início, em relação ao processo de adaptação.

No que se refere ao questionamento: Enquanto estudante, vivenciou situações de racismo, preconceito, discriminação ou intolerância religiosa? Como lidou com isso? De maneira geral, três das quatro participantes escreveram que não vivenciaram situações de racismo em suas vidas. “Não, não vivenciei em nenhum momento, gostava muito do ambiente da faculdade e das pessoas que lá estudavam, mesmo pelo pouco tempo de experiência que tive lá dentro” (Juju, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Outra participante da pesquisa, lembrou algumas experiências que evidenciam o racismo, todavia, não quis pontuar como foi a situação vivenciada. Apenas mencionou: “Sim, respirei fundo e debati sobre” (Nathy, 2023, sic Trecho extraído da carta).

As outras duas participantes responderam que não tiveram experiências negativas ao responderem, respectivamente: “Durante minha formação ocorreu tudo bem” (Negra, 2023, sic Trecho extraído da carta).

E, por último, a estudante revela: “Não presenciei nenhuma situação de racismo” (Vitória, 2023, sic Trecho extraído da carta).

No entanto, como aponta Almeida (2019), o racismo estrutural é invisível para muitos, justamente porque ele está enraizado nas práticas cotidianas e nas instituições, o que leva as experiências de discriminação a serem frequentemente ignoradas ou minimizadas.

Também realizamos o seguinte questionamento: Qual a sua opinião sobre a Política de Cotas Raciais e a reserva de vagas para estudantes pretos(as) e pardos(as) nas instituições?

É excelente que tenhamos a oportunidade de poder cursar uma faculdade pública, mostrando para sociedade que nós de diferentes cores e raças existimos, que também fazemos jus de um futuro melhor, com uma boa educação para se qualificar no mercado de trabalho. Porém essas cotas abrangem poucas vagas as quais são destinadas, então nada mais justo que fossem divididas igualmente entre brancos, pardos e negros (Juju, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Juju destaca a importância de ter a oportunidade de cursar uma universidade pública, o que, para muitos(as), representa uma conquista significativa. Essa afirmação reflete uma visão positiva sobre a democratização do ensino superior no Brasil, especialmente para grupos historicamente marginalizados. Ela reconhece que as cotas raciais representam um avanço significativo, mas também aponta uma limitação: a quantidade de vagas disponíveis. Todavia, a política de cotas raciais não visa uma divisão igualitária de vagas entre todos os grupos étnicos, mas sim compensar as desigualdades históricas e sociais que marginalizam determinados grupos, como os negros e pardos.

O silêncio, a negação do racismo no ambiente escolar e a falta de investimentos na formação de professores para a promoção de uma educação antirracista têm contribuído sobremaneira para que a escola seja um lugar de dor e sofrimento para crianças, jovens e adultos negros (Santos, 2023, p. 20).

A citação de Santos (2023) aponta que, ao ignorar o racismo e não investir na capacitação de professores para promover uma educação antirracista, a escola acaba sendo um ambiente de exclusão e sofrimento para os estudantes negros. O silêncio sobre o racismo e a falta de uma formação adequada para os educadores perpetuam um ciclo de discriminação que torna a experiência escolar dos alunos negros difícil, muitas vezes traumatizante, e obstrui o potencial de uma educação inclusiva e transformadora.

Outra estudante ressalta: “Muito importante e necessário” (Nathy, 2023, sic Trecho extraído da carta).

No mesmo sentido, a graduanda Negra menciona: “As cotas raciais, são essenciais onde vai oportunizar que as pessoas negras possam se ingressar em uma universidade pública” (Negra, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Conforme evidencia Vaz (2022, p. 82-83) “[...] as cotas raciais, ao ampliarem a presença negra em posições sociais antes monopolizadas pela branquitude, dilui o foco na representação exclusiva ou solitária - ainda que positiva - naturalizando a presença negra e coletivizando, gradativamente, a conquista emancipatória”.

Por meio da carta, a estudante prossegue evidenciando: “É um modo de incluir determinados grupos sociais que não tem tanta chances de fazer uma faculdade, ao meu ver esse programa é ótimo nesse requisito (Vitória, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Por meio da carta, a estudante ressaltou que, enquanto mulher negra e cotista, ela ocupa um espaço historicamente reservado à elite branca. Ela reconhece que a presença de corpos e saberes negros nesse ambiente é escassa, e, por essa razão, sua conquista foi celebrada.

As participantes escreveram em suas cartas sobre a seguinte indagação: As Cotas Raciais podem promover equidade *racial*, propiciar igualdade ao acesso de negros(as) e pardos(as) em instituições de Ensino Superior e servem como reparação histórica em virtude das injustiças causadas a população negra no período da escravidão? Comente. Acerca desse questionamento, Juju pontua:

No meu ponto de vistas todos deveriam ter acesso as vagas normalmente, porque essa política de cotas parece dizer que são apenas aquelas vagas destinadas a pardos e negros como se não fôssemos iguais aos outros ou que não merecemos como todos, parece que temos que lutar pra conseguir uma das poucas vagas disponíveis em cotas e tratados como algo a parte da sociedade (Juju, 2023, sic Trecho extraído da carta).

O trecho extraído da carta de Juju levanta uma reflexão sobre a percepção das cotas raciais e seu impacto sobre os cotistas, especialmente no que diz respeito ao sentimento de se sentir menos privilegiada em relação aos outros, embora esteja ocupando um lugar que foi conquistado devido a uma política de reparação social.

Sendo assim, “[...] o encontro de jovens de diferentes pertencimentos étnico-raciais, via política de cotas, é acompanhado de mais uma tensão e de mais um conflito. Os jovens negros cotistas são, na realidade, corpos negros que se contrapõem à ideologia da cor e do corpo do brasileiro” (Gomes, 2017, p. 116).

Portanto, é necessário dialogar sobre as experiências vividas na academia, e como elas influenciam na garantia dos direitos de jovens negros e negras, oferecendo à negritude a oportunidade de acessar espaços de poder que lhes foram historicamente negados.

Para as outras estudantes, as cotas são fundamentais, conforme os trechos extraídos de suas cartas. “Sim, mas lembrando que isso é o mínimo pois nada reparará as dores sofridas pela escravidão” (Nathy, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Negra avalia: “As cotas são fundamentais além de promover a equidade e dar a oportunidade das pessoas negra ter acesso a educação superior” (Negra, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Viória somente pontua: “Sim” (Vitória, 2023, sic Trecho extraído da carta).

Em concordância com as quatro mulheres, acreditamos que as cotas raciais servem para reparar os danos históricos causados à população negra e reestruturar as relações vigentes.

O objetivo das cotas raciais relaciona-se com a inclusão social de grupos étnico-raciais marginalizados para atenuar os efeitos negativos atuais - geralmente de um passado histórico - de discriminações institucional e estruturalmente disseminadas na sociedade (Vaz, 2022, p. 80).

Portanto, as cotas são fundamentais e necessárias, pois é uma maneira de garantir oportunidades a nova geração da população negra.

Também indagamos: A instituição que você estuda realiza ou realizou aulas ou alguma atividade referente as questões étnico-raciais ou relacionadas a diversidade? Em qual ou quais disciplina(s)? Três das quatro estudantes escreveram que não, e somente Juju mencionou que não se lembrava.

Por fim, diante da pergunta: Como avalia sua vivência na UNESPAR enquanto estudante cotista? Juju e Nathy mencionaram que é ótima, enquanto Vitória e Negra responderam ser regular.

Apesar dos avanços na situação social da população negra desde a aprovação da Constituição, quando comparamos o exercício e o gozo dos direitos fundamentais entre cidadãos brancos e negros, ainda, há uma manifesta desigualdade. Desigualdade essa que, de acordo com os estudiosos das relações raciais no Brasil, só pode ser amenizada com o reconhecimento de que somos um país estruturalmente racista e que grupos sociais específicos foram, historicamente, impedidos de ter as mesmas condições sociais por causa da sua cor, origem, raça e/ou etnia (Felipe, 2019, p. 6).

De acordo com o autor, o Brasil ainda é um país racista e, quando há a comparação entre negros(as) e brancos(as), fica nítido que as desigualdades, em todos os aspectos, ainda permanecem.

Felipe (2019) revela que ainda há uma diferença significativa entre a situação da população negra e a branca no Brasil, acerca da “[...] realidade social da população negra protagonizar a situação de maior pobreza, menor escolaridade, maior violência policial sobre os seus corpos etc” (Felipe, 2019, p. 12).

Esses fatos ocorrem devido às marcas que a negritude carrega em virtude do período escravocrata; por isso, são necessárias reparações históricas por meio de ações sociais; dentre elas, as cotas raciais.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar, a partir das trajetórias de quatro estudantes cotistas da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), relatos em cartas pedagógicas, as experiências vivenciadas por quatro acadêmicas negras e as ações pedagógicas promovidas pela instituição por meio das cotas raciais. Ao adotar uma abordagem qualitativa, com a produção de cartas pedagógicas como instrumento metodológico, foi possível compreender os desafios enfrentados pelas participantes durante seu percurso acadêmico.

O magistério feminino se tornou um campo de resistência e reivindicação, embora o magistério tenha sido visto como uma ocupação socialmente aceitável para as mulheres, ele ainda estava atrelado relacionados à baixa remuneração. As mulheres negras, ao ingressarem nessa profissão, não só buscaram uma profissão que garantisse algum prestígio e uma remuneração melhor, mas também um espaço de afirmação da sua identidade e a conquista de sua autonomia, pois a educação era restrita pela classe social e pela cor da pele, refletindo as desigualdades estruturais que marcaram e ainda marcam a sociedade brasileira.

Portanto, escolhemos estudantes negras de cursos de licenciatura, para evidenciar que as políticas educacionais e as reformas, embora tenham oferecido avanços, continuaram a refletir as desigualdades raciais e de gênero, principalmente, em espaços que excluem e marginalizam a população negra.

As cartas das estudantes revelaram, de maneira expressiva, que não enfrentaram dificuldades durante o percurso formativo. Além disso, as participantes destacaram a necessidade das cotas raciais para garantir o acesso e a permanência de estudantes negros(as) no ensino superior.

A pesquisa também evidenciou que, embora a UNESPAR promova políticas de inclusão, como as cotas raciais, há ainda um longo caminho a ser percorrido em termos de ações pedagógicas voltadas para a efetiva promoção de uma educação antirracista. Os depoimentos das alunas indicaram que, embora haja algum reconhecimento das cotas, a falta de formação docente adequada e de estratégias pedagógicas específicas para abordar a questão racial em sala

de aula ainda limita a criação de um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo, uma vez que, em seus escritos, mencionaram que não se recordavam se a UNESPAR realiza ou realizou aulas ou alguma atividade referente as questões étnico-raciais ou relacionadas a diversidade durante as aulas.

Além disso, o uso das cartas pedagógicas como ferramenta metodológica se mostrou profícuo, permitindo que as alunas expressassem de forma autêntica suas vivências, desafios e perspectivas, o que contribuiu para uma compreensão mais profunda da realidade das estudantes cotistas negras na UNESPAR.

Por fim, o estudo sinaliza a necessidade de continuidade das políticas públicas voltadas para a inclusão e a permanência de estudantes negros nas universidades, incluindo a implementação de ações afirmativas, a formação contínua dos docentes e a criação de mais espaços de diálogo sobre diversidade e antirracismo no ambiente acadêmico, para que assim, independentemente de sua cor, classe ou origem, os(as) estudantes possam ser respeitados e valorizados nesse espaço de poder.

A pesquisa contribui para a compreensão das experiências de estudantes cotistas na UNESPAR, destacando a importância da educação superior como ferramenta de emancipação social. Portanto, a pesquisa evidenciou que, o estudo e a discussão sobre a negritude permanecem essenciais.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. A feminização do magistério: alguns mitos e as possíveis verdades. In: ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

ALMEIDA, Jane Soares de. A feminização do magistério: alguns mitos e as possíveis verdades. In: ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA., 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Artur L. A. Costa. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho nacional de educação. **Resolução nº 1 de 17 de 17 de junho de 2014**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC: Secad, 2004.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escrita: práticas culturais, linguagem e tessitura da amizade**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. Porto Alegre: ESTEF, 2012.

FELIPE, Delton Aparecido. A história da população negra no Brasil e os direitos humanos: uma conversa necessária em tempos de intolerância. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.8, n. 16, p. 5-23, jan./jul. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Ilustrado**. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GADOTTI, Moacir. Diálogo e intimidade. In: COELHO, Edgar Pereira. **Pedagogia da correspondência: Paulo Freire e a educação por cartas e livros**. Brasília: Liber Livros, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, jul./set. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Professoras negras: trajetória escolar e identidade. **Cadernos CESPUC de Pesquisa**, Belo Horizonte, n. 5, p. 55-62, abr. 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática e práticas pedagógicas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

MORAES, Ana Cristina de; PAIVA, Darlan Lima. **Cartas Pedagógicas**: reflexões de docentes da educação básica e superior. Fortaleza: EdUECE, 2018.

MORAN, José Manuel. **O ensino a distância na educação superior**: o que é, como funciona e o que ele exige do aluno e do professor. São Paulo: Papyrus, 2015.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2007.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. **Cartas pedagógicas**: estratégias didáticas revisitadas para novos tempos. Curitiba: CRV, 2018.

PORTAL, Leda Lisia Franciosi; ZANCAN, Silvana; AMARAL, Lisandra; FLORENTINO, José; SPAGNOLO, Carla; NETTO, Carla. Cartas: um instrumento desvelador que faz a diferença no processo educacional. **Revista Educação por Escrito**, Port Alegre, v.3, n.1, jul. 2012.

SANTOS, Luana Diana dos. **Sobrevivendo ao racismo**: memórias, cartas e o cotidiano da discriminação no Brasil. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2023.

SOUSA, Maria Goreti da Silva; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, Itatiba, v. 33, n. 2, p. 149-158, jul./dez.

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

CRediT

| | |
|---------------------------|---|
| Reconhecimentos: | Não se aplica. |
| Financiamento: | Não se aplica. |
| Conflito de interesses: | Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito. |
| Aprovação ética: | Não se aplica. |
| Contribuição dos autores: | BATISTA, I. Y. O. da S. declara ter participado da redação do artigo, e afirmam ter sido de sua |

responsabilidade a
Conceituação,
Curadoria de Dados,
Análise Formal e
Investigação;
FRANÇA, F. F. declara
ter contribuído com a
Metodologia, Redação
– rascunho original;
Supervisão, Validação,
Visualização, Redação
-revisão e edição.

Submetido em: 10 de março de 2025

Aceito em: 19 de maio de 2025

Publicado em: 06 de junho de 2025

Editor de seção: João Fernando de Araújo

Membro da equipe de produção: Ronald Rosa

Assistente de editoração: Giovanna Martins Capaci Rodrigues